



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Auditor-Fiscal da Receita Estadual
AFRE - MG - 2005

Provas II e III

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, **obrigatoriamente**, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico, se necessário:
"O único homem que não erra é aquele que nunca faz nada".
- 4 - **DURAÇÃO DAS PROVAS: 4h30mim**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Nas provas, há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciadas as provas.
- 9 - Durante as provas, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término das provas**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 5.10 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que **não** poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início das provas; a **não-observância** dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - As provas estão assim constituídas:

Provas	Disciplinas	Questões	Pesos
II	Contabilidade e Auditoria	01 a 30	2
III	Direito Tributário	31 a 40	2
	Legislação Tributária	41 a 70	

Boa Prova!

CONTABILIDADE:**GERAL**

01- Assinale a opção que contém afirmativa correta sobre princípios fundamentais de contabilidade.

- a) Quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis, o princípio da competência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido.
- b) Diante de alternativas igualmente válidas, o princípio da competência impõe a adoção do menor valor para o ativo e do maior valor para o passivo.
- c) As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, segundo afirma o princípio da prudência.
- d) O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas correlatas é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração, mas não atende ao princípio da continuidade.
- e) O princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial diferenciando o patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.

02- A listagem de saldos para elaboração dos balanços da Companhia Gama S/A apresentou as contas patrimoniais e de resultado abaixo mencionadas. A eventual diferença aritmética existente decorre da conta corrente de ICMS, cujo encerramento ainda não havia sido contabilizado.

Caixa	R\$ 28.000,00
Capital Social	R\$ 16.000,00
Compras de Mercadorias	R\$ 96.000,00
Contas a Receber	R\$ 39.200,00
COFINS	R\$ 152,00
Fornecedores	R\$ 32.000,00
ICMS sobre Vendas	R\$ 40.800,00
Impostos e Taxas	R\$ 1.840,00
Juros Ativos	R\$ 880,00
Mercadorias	R\$ 36.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 48.000,00
PIS sobre Faturamento	R\$ 168,00
Prêmio de Seguros	R\$ 2.880,00
Reserva Legal	R\$ 800,00
Salários e Encargos	R\$ 6.400,00
Salários e Encargos a Pagar	R\$ 960,00
Vendas de Mercadorias	R\$240.000,00
Veículos	R\$ 32.000,00

Observações:

- 1. O estoque atual de mercadorias está avaliado em R\$ 1.600,00.
- 2. As compras e as vendas são tributadas à mesma alíquota de ICMS.
- 3. Não houve nenhuma distribuição de lucros no período.

As demonstrações contábeis elaboradas a partir das informações anteriormente citadas, certamente, vão evidenciar:

- a) R\$ 130.400,00 de Custo das Mercadorias Vendidas (CMV).
- b) R\$ 85.680,00 de Lucro Operacional Bruto.
- c) R\$ 147.200,00 de Ativo total.
- d) R\$ 32.960,00 de Passivo Circulante.
- e) R\$ 91.360,00 de Patrimônio Líquido.

03- Ao registrar a proposta de destinação dos resultados do exercício, o setor de Contabilidade da empresa deverá contabilizar:

- a) a formação da reserva legal, a débito da conta de Apuração do Resultado do Exercício.
- b) a formação da reserva legal, a crédito da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- c) a distribuição de dividendos, a débito da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- d) a distribuição de dividendos, a crédito de conta do Patrimônio Líquido.
- e) a distribuição de dividendos, a débito de conta do Passivo Circulante.

04- Ao efetuar, diretamente da fábrica, uma compra, a prazo, de 200 latas de tinta, de 18 litros cada uma, ao preço unitário de R\$ 35,00, sofrendo incidência de IPI a 8% e ICMS a 12%, destinando essa tinta para revender ao preço de R\$ 54,00 cada unidade, a empresa deverá lançar a débito da conta estoques de mercadorias o valor de

- a) R\$ 7.560,00
- b) R\$ 7.000,00
- c) R\$ 6.720,00
- d) R\$ 6.652,80
- e) R\$ 6.160,00

05- O balancete de verificação da empresa Firma Livre Libery, levantado em 31 de dezembro, antes do ajuste de ICMS sobre compras e vendas, compunha-se das seguintes contas:

Bancos Conta Movimento	R\$ 49.000,00
Caixa	R\$ 35.000,00
Capital Social	R\$ 20.000,00
Compras de Mercadorias	R\$120.000,00
CONFINS	R\$ 190,00
Fornecedores	R\$ 40.000,00
Impostos e Taxas	R\$ 2.300,00
Juros Ativos	R\$ 1.100,00
Mercadorias	R\$ 45.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 60.000,00
PIS sobre Faturamento	R\$ 210,00
Prêmio de Seguros	R\$ 3.600,00
Reserva Legal	R\$ 1.000,00
Salários e Encargos	R\$ 8.000,00
Salários e Encargos a Pagar	R\$ 1.200,00
Vendas de Mercadorias	R\$300.000,00
Veículos	R\$ 40.000,00

O ICMS incidente sobre as vendas alcançou o valor de R\$ 51.000,00.

Examinando-se o balancete acima e considerando-se que o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços incide sobre as compras à mesma alíquota incidente sobre as vendas e que a empresa tem estoque atual de mercadorias no valor de R\$ 2.000,00, pode-se afirmar que essa empresa tem ICMS a Recolher no valor de

- a) R\$ 51.000,00
- b) R\$ 30.600,00
- c) R\$ 30.260,00
- d) R\$ 22.950,00
- e) R\$ 20.400,00

06- No início do mês de maio, o estoque de mercadorias estava avaliado ao custo unitário de R\$ 15,00 e constava de 80 unidades. Durante o mês ocorreram duas compras, uma dia três, de 120 unidades por R\$ 2.400,00; e outra, no dia 10, de 160 unidades, por R\$ 4.000,00. A única venda do mês aconteceu no dia 8 e foi feita a prazo por R\$ 6.000,00. O inventário físico final acusa a existência de 200 unidades.

Considerando que as compras e vendas são tributadas com ICMS de 20% e que os estoques são avaliados pelo critério técnico-matemático do Custo Médio, podemos afirmar que o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV), no aludido mês de maio, alcançou o valor de

- a) R\$ 2.304,00
- b) R\$ 2.496,00
- c) R\$ 2.702,40
- d) R\$ 2.808,00
- e) R\$ 2.880,00

07- A mina Eterreal, após a aquisição e instalação, custara R\$ 300.000,00 aos cofres da nossa empresa, mas tinha capacidade estimada em 500 mil metros cúbicos de minério e foi instalada com capacidade de exploração em 8 anos, mantendo-se o residual de proteção de 20% da capacidade produtiva. Ao fim do 5º ano de exploração bem-sucedida, a mina foi alienada por R\$ 200.000,00, com quitação em vinte duplicatas mensais.

Analisando essas informações, assinale abaixo a única assertiva que não é verdadeira.

- a) A exploração anual será de 50 mil m³ de minério.
- b) A taxa de exaustão será de 10% do custo total por ano.
- c) A taxa de exaustão será de 12,5% ao ano.
- d) Ao fim do 5º ano, a exaustão acumulada será de 50% do custo da mina.
- e) O custo a ser baixado no ato da venda será de R\$ 90.000,00.

Área para rascunho

08- A empresa Paulistinha S/A possuía uma máquina, adquirida por R\$ 7.680,00, instalada para utilização em 12 anos. Após nove anos de uso desse equipamento, tendo a depreciação adequada sido oportunamente contabilizada, foi ele vendido, ocasionando perda de R\$ 720,00.

Para que as afirmações acima sejam corretas podemos dizer que o valor obtido na venda foi de

- a) R\$ 6.960,00
- b) R\$ 5.040,00
- c) R\$ 1.920,00
- d) R\$ 1.200,00
- e) R\$ 48,00

09- A empresa ACD Ltda., em 31/12/x4 tinha valores a receber com saldo no valor de R\$ 27.000,00 e mandou fazer provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 810,00. Durante o exercício de x5 a empresa recebeu e deu quitação a 60% desses créditos e mandou dar baixa, por não recebimento, nos outros 40%. Ao findar o ano com novos saldos no valor de R\$ 42.000,00, a empresa adotou procedimento igual ao anterior, mandando provisionar seus créditos para fins de balanço.

Com base nessas informações, podemos dizer que a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa, referente ao exercício de 2005, provocará na Demonstração do Resultado do Exercício uma redução do lucro final no valor de

- a) R\$ 774,00
- b) R\$1.746,00
- c) R\$ 450,00
- d) R\$1.260,00
- e) R\$ 936,00

10- Na empresa Hermes Harmony os salários e ordenados do pessoal correspondem a 60 salários mínimos e provocam a incidência de INSS Patronal de 20%; de INSS Segurados 11%; e de FGTS de 8%. A folha de pagamento, embora contabilizada concomitantemente com os fatos geradores, é paga somente no dia 5 do mês seguinte.

Com base nas informações acima, pode-se dizer que a folha de pagamento do mês de maio de 2005 gerou acréscimo de passivo no valor de

- a) R\$ 16.020,00
- b) R\$ 19.620,00
- c) R\$ 21.060,00
- d) R\$ 23.040,00
- e) R\$ 25.020,00

11- O balancete de verificação da Cia. Beta, em 31-12-X4, era composto pelos saldos das seguintes contas:

Caixa	R\$ 1.500,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 6.000,00
Vendas de Mercadorias	R\$ 7.000,00
Mercadorias	R\$ 2.000,00
Receitas Diversas	R\$ 400,00
Compras de Mercadorias	R\$ 5.000,00
Clientes	R\$ 4.000,00
Fornecedores	R\$ 3.000,00
Salários e Ordenados	R\$ 1.100,00
Despesas de aluguel	R\$ 300,00
Lanches e Refeições	R\$ 200,00
Capital Social	R\$10.000,00
Condução e Transporte	R\$ 300,00
Lucros Acumulados	R\$ 1.400,00
Juros Passivos	R\$ 1.400,00

Observações:

1. O estoque final de mercadorias foi avaliado em R\$ 1.500,00.
2. O salário de dezembro de X4, no valor de R\$ 100,00, será pago somente em janeiro de X5.
3. Dos aluguéis pagos em X4, R\$ 200,00 referem-se a despesas de janeiro de X5.

A Companhia mandou elaborar suas demonstrações financeiras sem considerar quaisquer implicações de natureza fiscal ou tributária. Todavia, se considerarmos que as mercadorias foram tributadas com ICMS de 10%, tanto nas entradas como nas saídas, vamos constatar que o resultado líquido do período terá sido

- a) aumentado em R\$ 500,00 e diminuído em R\$ 700,00.
- b) aumentado em R\$ 650,00 e diminuído em R\$ 700,00.
- c) aumentado em R\$ 700,00 e diminuído em R\$ 500,00.
- d) aumentado em R\$ 700,00 e diminuído em R\$ 650,00.
- e) aumentado em R\$ 700,00 e diminuído em R\$ 700,00.

12- Em 31 de dezembro de 20X4 a empresa Periltate S/A, levantou o seguinte balancete de verificação:

Área para rascunho

Caixa	R\$ 12.000,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 48.000,00
Vendas de Mercadorias	R\$ 56.000,00
Mercadorias	R\$ 16.000,00
Receitas Diversas	R\$ 3.200,00
Compras de Mercadorias	R\$ 40.000,00
Clientes	R\$ 32.000,00
Fornecedores	R\$ 24.000,00
Salários e Ordenados	R\$ 800,00
Despesas de aluguel	R\$ 2.400,00
Lanches e Refeições	R\$ 1.600,00
Capital Social	R\$ 80.000,00
Condução e Transporte	R\$ 2.400,00
Lucros Acumulados	R\$ 11.200,00
Despesas de Juros	R\$ 3.200,00
Veículos	R\$ 13.200,00

Observações:

1. O estoque final de mercadorias foi avaliado em R\$ 12.000,00.
2. O salário de dezembro de 20X4, no valor de R\$ 200,00, será pago somente em janeiro de 20X5.
3. Dos aluguéis pagos em 20X4, R\$ 1.800,00 referem-se a despesas de janeiro de 20X5.
4. Para elaboração das demonstrações financeiras de fim de exercício devem ser consideradas as seguintes implicações:

a - COFINS	3%;
b - ICMS	10%;
c - Imposto de Renda	25%;
d - PIS Faturamento	2%;
e - Reserva Legal	5%.

Após a contabilização dos ajustes necessários, podemos dizer que a DRE - Demonstração do Resultado do Exercício - apresentará Lucro Líquido do Exercício no valor de

- a) R\$ 1.400,00
- b) R\$ 1.425,00
- c) R\$ 1.500,00
- d) R\$ 1.900,00
- e) R\$ 2.000,00

13- Duas empresas coligadas avaliam seus investimentos pelo método da equivalência patrimonial.

A primeira empresa tem

Ativo Permanente de	R\$ 500.000,00
Patrimônio Líquido de	R\$ 300.000,00
Capital Social de	R\$ 100.000,00

A segunda empresa tem

Ativo Permanente de	R\$ 350.000,00
Patrimônio Líquido de	R\$ 300.000,00
Capital Social de	R\$ 150.000,00

A primeira empresa possui 25% do capital social da segunda. A segunda companhia teve lucro de R\$ 50.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 30.000,00.

Em conseqüência dos resultados e respectiva distribuição, ocorridos na segunda companhia, a primeira empresa deverá contabilizar o aumento de

- a) R\$ 7.500,00 em receitas do período.
- b) R\$ 7.500,00 no ativo circulante.
- c) R\$ 7.500,00 no ativo permanente.
- d) R\$ 12.500,00 no ativo circulante.
- e) R\$ 12.500,00 no ativo permanente.

14- As demonstrações financeiras da Cia. Abaptiste Comercial foram elaboradas com base nas contas e saldos abaixo:

Caixa e Bancos	R\$ 200,00
Mercadorias	R\$ 620,00
Clientes	R\$ 400,00
Móveis e Máquinas	R\$2.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 180,00
Títulos a Receber a LP	R\$ 200,00
Fornecedores	R\$1.150,00
Contas a Pagar	R\$ 250,00
Empréstimos a Longo Prazo	R\$ 430,00
Capital Social	R\$1.400,00
Lucros Acumulados	R\$ 100,00
Vendas de Mercadorias	R\$5.120,00
Compras de Mercadorias	R\$3.160,00
Despesas Administrativas	R\$1.370,00
Despesas Financeiras	R\$ 500,00
Encargos de Depreciação	R\$ 180,00

Observações:

- 1. Desconsiderar quaisquer implicações fiscais ou tributárias.
- 2. O estoque final de mercadorias está avaliado em R\$780,00.

Promovendo-se a análise das demonstrações financeiras elaboradas com base nas informações supra, certamente, encontraremos um quociente percentual de Liquidez Corrente ou Comum equivalente a

- a) 43%
- b) 70%
- c) 86%
- d) 87%
- e) 99%

15- A empresa Anna Alisée S/A iniciou o exercício com estoque de mercadorias avaliadas em R\$ 12.000,00 e contabilizou, durante o período, um custo de vendas no valor de R\$ 81.000,00.

Sabendo-se que o prazo médio de rotação dos estoques alcançou oitenta dias, podemos afirmar que

- a) o giro do estoque teve quociente igual a quatro.
- b) o estoque inicial foi um terço do estoque médio.
- c) o estoque médio foi avaliado em R\$ 24.000,00.
- d) o estoque que vai a balanço é o dobro do estoque inicial.
- e) não há dados suficientes para efetuar os cálculos.

DE CUSTOS

16- A empresa Atualíssima é totalmente automatizada, usando tecnologia de computação de última geração em seu processo produtivo, necessitando por essa razão manter um Departamento de Manutenção de Microcomputação, que apresenta sistematicamente uma ociosidade de utilização de aproximadamente 25% por mês, mas justificada como imprescindível, pela Diretoria de Produção segundo os relatórios apresentados em reunião de diretoria.

Nessa mesma reunião o Diretor Administrativo informa que a manutenção e conserto dos microcomputadores de seu departamento vêm sendo realizados, até então, por uma empresa terceirizada, o que implica em um desembolso médio anual de \$800.000,00. Tendo em vista a política de contenção de gastos aprovada, solicita que esse serviço seja realizado pelo Departamento de Produção utilizando a ociosidade de tempo relatada, tendo em vista que é plenamente viável a medição de todos os gastos que vierem a ser efetuados. Além disso, poder-se-ia aproveitar pelo menos parte da ociosidade do Departamento de Manutenção de Microcomputação.

Nesse caso os gastos efetuados com a manutenção solicitada pela diretoria administrativa deveriam ser tratados como:

- a) Custo de Produção
- b) Despesa de Manutenção
- c) Receita Eventual
- d) Recuperação de Custo
- e) Custo Primário

17- Assinale a opção que contém procedimento, utilizado no tratamento de custos, conflitante com princípios/ normas/ convenções contábeis.

- a) custeio variável
- b) custeio por absorção
- c) custo benefício
- d) consistência
- e) materialidade

Enunciado para a resolução das questões 18 e 19.

A Cia. Pesos & Pesados, fabricante do produto "X", tem um processo de fabricação relativamente simples. Em 20x3 os relatórios da engenharia de produção apontam os seguintes dados:

I – dados financeiros

Itens requisitados	
Matéria-Prima	3.800.000
Mão-de-obra Direta	4.000.000
Custo Indireto de Fabricação	2.200.000
Estoques existentes no início do período	
Produtos não Acabados	50.000
Produtos Acabados	400.000
Matéria-Prima	200.000
Estoques identificados ao final do período	
Produtos Acabados	199.000
Matéria-Prima	-0-

II – dados físicos

Estoques existentes no início do período	
Produtos não Acabados	5% do custo de produção
Produtos Acabados	1.000/unidades
Matéria-Prima	2.000/toneladas

III – outras informações:

Durante o ano de 20x4, após a implantação de um rígido controle de qualidade, o índice de produtos em elaboração ao final do período foi reduzido em 80% em relação ao verificado no período anterior; foram acabadas 25.000/unidades no ano com uma redução de custo de R\$ 2,00 em cada uma das unidades acabadas.

Com base nas informações fornecidas indicar:

18- Qual o valor da produção acabada?

- a) R\$ 9.000.000,00
- b) R\$ 9.925.500,00
- c) R\$ 9.950.000,00
- d) R\$ 9.990.000,00
- e) R\$10.000.000,00

19- O total de unidades vendidas é:

- a) 24.000
- b) 24.290
- c) 24.800
- d) 24.890
- e) 25.000

Área para rascunho

Com base nas informações abaixo, resolva as questões de números 20 a 22.

Área para rascunho

A Indústria de Ferro e Ferragem, fabricante do produto x, possuía a seguinte estrutura de custos e despesas em 20x4:

Estrutura de Custos em R\$	
Custos Fixos	12.000.000/ano
Custos Variáveis	1.200/unidade
Estrutura de Despesas em R\$	
Despesas Fixas	3.000.000/ano
Despesas Variáveis	600/unidade

O mercado no qual atua valida o preço de venda de R\$3.800/unidade o que proporcionou a obtenção de uma receita total de R\$39.900.000 em 20x4.

20 – Conforme as informações dadas pode-se afirmar que:

- a) o lucro obtido pela empresa, no período de 20x4, foi na ordem de R\$ 11.299.000.
- b) para que a empresa não tivesse prejuízo em 20x4 deveria vender pelo menos 7.301 unidades.
- c) se a empresa vendesse 7.550 unidades, o resultado obtido pela empresa seria nulo.
- d) no ano de 20x4 essa empresa teria equilíbrio no resultado se vendesse 7.800 unidades.
- e) a empresa vendeu 3.000 unidades acima de seu ponto de equilíbrio em 20x4.

21- O valor da margem de contribuição da empresa é:

- a) R\$ 2.000
- b) R\$ 2.500
- c) R\$ 3.000
- d) R\$ 3.500
- e) R\$ 3.800

22- Nas condições dos dados fornecidos, o percentual de margem de segurança é:

- a) 18,5%
- b) 20,7%
- c) 28,6%
- d) 36,8%
- e) 38,2%

AUDITORIA

23- O risco de auditoria resulta:

- a) do risco inerente da atividade de auditoria, que pela própria natureza de seus trabalhos não consegue minimizar ou diminuir seus riscos.
- b) do risco do negócio de seus clientes, independente da existência de erros ou fraudes que possam existir nos processos.
- c) da separação da existência de erros ou fraudes e da transparência com que estes erros ou fraudes são apresentados.
- d) da junção do risco inerente, com o risco do negócio e com a relevância do cliente e sua representatividade para a empresa de auditoria.
- e) da combinação da possibilidade de existência de erros graves e da ocultação dos erros, por meio de procedimentos planejados.

24- O não fornecimento, pela administração da empresa auditada, da Carta de Responsabilidade ao auditor independente caracteriza

- a) limitação de escopo.
- b) impossibilidade de auditoria.
- c) suspensão da auditoria.
- d) fraude em auditoria.
- e) a renúncia ao trabalho.

25- O auditor, quando do planejamento dos trabalhos deve avaliar a continuidade normal dos negócios da entidade ao analisar o risco da execução da auditoria. Assim, o auditor poderá considerar a continuidade da empresa quando houver a evidência de normalidade pelo prazo de

- a) seis meses após a data das demonstrações contábeis.
- b) um ano após a data das demonstrações contábeis.
- c) seis meses antes da data da emissão do parecer.
- d) um ano antes da data das demonstrações contábeis.
- e) um ano após a data da emissão do parecer.

26- É objetivo do controle interno, exceto:

- a) a precisão e a confiabilidade dos relatórios contábeis.
- b) a salvaguarda do patrimônio da empresa.
- c) o estímulo à eficiência operacional.
- d) a unificação das responsabilidades.
- e) à aderência às políticas existentes.

27- Assinale a opção incorreta quanto aos objetivos do auditor na aplicação dos testes de observância.

- a) Existência / direitos e obrigações / ocorrência.
- b) Abrangência / avaliação / mensuração.
- c) Mensuração / direitos e obrigações / relevância.
- d) Ocorrência / avaliação / divulgação.
- e) Apresentação e divulgação / abrangência / existência.

28- Ao ser feita a análise da conta de Estoques da empresa Comercial de sapatos Ltda., o auditor externo depara-se com lançamento a débito, dessa conta, do valor referente a ICMS sobre mercadorias adquiridas. A consideração que pode ser feita sobre o processo de auditoria é que o auditor afirmará que:

- a) o saldo da conta encontra-se sub-avaliado em decorrência de o débito de ICMS ser um crédito de imposto da empresa.
- b) o lançamento deveria ter sido efetuado a débito de ICMS no resultado, por tratar-se de imposto sobre mercadorias.
- c) o lançamento é devido e o saldo da conta não se encontra nem super-avaliado, nem sub-avaliado.
- d) a conta deve ser ajustada, sendo creditada pelo valor e a contrapartida levada a resultado em despesa de ICMS.
- e) o saldo da conta encontra-se super-avaliado, em função do ICMS sobre mercadorias ser um direito da empresa.

29- Quanto ao tipo de parecer a ser emitido sobre demonstrações contábeis, podemos afirmar que:

- a) demonstrações contábeis com quebra de uniformidade relevante na aplicação dos princípios contábeis geram parecer sem ressalva.
- b) trabalhos de auditoria, com limitação significativa imposta na extensão dos trabalhos geram parecer com ressalva.
- c) demonstrações contábeis com não obediência a princípios contábeis irrelevantes, geram parecer com ressalva.
- d) demonstrações contábeis com não obediência a princípios contábeis relevantes geram parecer com ressalva.
- e) incertezas relevantes nas demonstrações contábeis geram parecer com abstenção de opinião.

30- O prazo normal para guarda dos papéis de trabalho pelo auditor é:

- a) 5 anos da data da emissão do parecer de auditoria.
- b) 6 anos da data da publicação do balanço pela empresa.
- c) 5 anos da data do encerramento das demonstrações auditadas.
- d) indeterminado, enquanto a empresa for cliente.
- e) aquele pelo qual a firma de auditoria for contratada.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31- Assinale a opção correta.

O princípio segundo o qual é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado (art. 150, III, 'a' da CRFB/88) é o da:

- a) anterioridade.
- b) irretroatividade.
- c) anualidade.
- d) imunidade recíproca.
- e) legalidade.

32- Considerando o disposto no art. 146 da CRFB/88, marque com **(V)** a assertiva verdadeira e com **(F)** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () Somente lei complementar pode criar formas de extinção do crédito tributário.
- () Lei ordinária pode atribuir imunidade a determinado grupo ou conjunto de contribuintes.
- () Lei ordinária pode criar modalidade de lançamento do crédito tributário.
- () Lei ordinária pode prever a extinção do crédito tributário mediante dação em pagamento de bens móveis.

- a) V, F, F, F
- b) F, V, F, V
- c) V, F, F, V
- d) F, F, F, V
- e) V, F, V, F

33- Considerando os temas "limitações constitucionais ao poder de tributar", "competência tributária", "princípios constitucionais tributários" e "imunidades", marque com **(V)** a assertiva verdadeira e com **(F)** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () Decreto que reduz o prazo de recolhimento de imposto é inconstitucional, porque o prazo integra as exigências do princípio da legalidade.
- () A competência tributária não exercida por um ente da Federação poderá ser delegada a outro.
- () O imposto sobre produtos industrializados – IPI e o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS estão sujeitos ao princípio da não-cumulatividade, em função da essencialidade do produto.
- () É vedado aos Estados instituírem contribuição de melhoria.

- a) V, F, F, F
- b) V, F, F, V
- c) F, V, F, F
- d) F, F, V, F
- e) F, F, F, F

34- Considerando os temas "vigência e aplicação da legislação tributária" e "interpretação e integração da legislação tributária", marque com **(V)** a assertiva verdadeira e com **(F)** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () A lei que disponha sobre suspensão e exclusão do crédito tributário deve ser interpretada, segundo o Código Tributário Nacional, em benefício do contribuinte.
- () A lei tributária aplica-se ao ato ou fato pretérito, quando for interpretativa, ressalvadas as hipóteses em que redundar na aplicação de penalidade.
- () Segundo o Código Tributário Nacional, o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- () A lei tributária é aplicada a fato anterior à sua vigência quando extinguir tributo, já que vem em benefício do contribuinte.

- a) V, V, V, F
- b) F, V, F, V
- c) F, V, V, V
- d) F, V, V, F
- e) F, F, V, F

35- Assinale a opção correta.

Quando a lei atribui a capacidade tributária ativa a ente diverso daquele que detém a competência tributária, estar-se-á diante do fenômeno da

- a) solidariedade ativa.
- b) parafiscalidade.
- c) extrafiscalidade.
- d) sujeição ativa.
- e) inconstitucionalidade da lei tributária.

36- Assinale a opção correta.

“A lei poderá atribuir a sujeito passivo da obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido” – art. 150, § 7º da CRFB/88. O dispositivo referido veicula:

- a) o instituto da substituição tributária para frente.
- b) o lançamento por homologação.
- c) um privilégio do crédito tributário.
- d) hipótese de responsabilidade por sucessão.
- e) sujeição passiva extraordinária.

37- Considerando o tema “obrigação tributária”, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () A obrigação acessória nasce em razão da ocorrência de um fato gerador, contudo depende sempre de uma providência a ser tomada pela autoridade fiscal.
- () A definição legal do fato gerador deve ser verificada independentemente da validade jurídica dos atos praticados.
- () A pessoa interdita judicialmente pode ser considerada sujeito passivo da obrigação tributária.
- () Quando o fato gerador da obrigação tributária é um negócio jurídico sob condição suspensiva, considera-se nascida a obrigação desde o momento em que se verificar a condição.

- a) F, V, F, F
- b) F, V, F, V
- c) F, V, V, V
- d) V, F, V, F
- e) V, V, V, V

38- Considerando o tema “crédito tributário”, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador e se rege pela lei vigente à época dessa ocorrência.
- () A utilização de pauta fiscal pela administração tributária é uma forma de arbitramento da base de cálculo para o pagamento do tributo.
- () O lançamento pode ser revisto de ofício, mesmo se efetuado em qualquer modalidade.
- () A propositura de embargos à execução fiscal, mediante penhora regular, suspende a exigibilidade do tributo.

- a) V, F, V, V
- b) V, V, V, V
- c) V, F, F, F
- d) F, V, F, F
- e) V, V, V, F

39- Considerando o tema “administração tributária”, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () É legal o exame dos livros contábeis das pessoas imunes.
- () Mesmo os profissionais submetidos às regras do segredo profissional devem prestar, quando solicitadas, informações ao Fisco sobre seus clientes.
- () Fica automaticamente inscrito em Dívida Ativa o tributo lançado não pago e não objeto de impugnação ou recurso administrativo.
- () É ilegal a concessão de certidão positiva com efeito de negativa se existente crédito tributário ainda não vencido.

- a) V, F, F, V
- b) F, F, F, V
- c) F, F, V, V
- d) V, F, F, F
- e) V, V, F, V

40- Marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () É possível, pela autoridade tributária, a requisição de informações submetidas a sigilo bancário como providência prévia à instauração de procedimento fiscal.
- () O não recolhimento de ICMS pelo vendedor final, nos casos de substituição tributária para frente, configura crime contra a ordem tributária.
- () Segundo a chamada “Lei de Responsabilidade Fiscal”, a anistia ou remissão de créditos tributários podem ocorrer mesmo que não acompanhadas de medidas de compensação que visem ao aumento de receitas.
- () É constitucional a exigência de depósito prévio para interposição de recurso contra decisão que nega provimento à impugnação ou reclamação administrativa.

- a) V, V, F, V
- b) F, F, F, V
- c) F, V, F, V
- d) V, V, F, F
- e) F, F, V, V

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

41- Assinale a afirmativa correta.

- a) Uma vez comprovada a invalidade do título jurídico pelo qual a mercadoria se encontrava na posse do titular do estabelecimento, a respectiva saída efetiva não constitui fato gerador do ICMS.
- b) O ICMS não incide sobre operações com livros em branco, destinados à escrituração.
- c) O ICMS não incide sobre a saída de mercadoria do estabelecimento do comerciante, destinada a armazém geral de terceiro, para guarda em nome do adquirente.
- d) Não ocorre o fato gerador do ICMS na saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, quando em decorrência de bonificação.
- e) O ICMS não incide na saída de bem em decorrência de comodato.

42- João adquiriu, no estabelecimento comercial varejista **Loja A**, bem de consumo durável, obtendo financiamento da instituição financeira **X**. Como garantia do financiamento, o bem ficou alienado fiduciariamente à instituição **X**. João não adimpliu o financiamento, e **X** executou a garantia. Considerando a situação descrita, assinale as assertivas abaixo com (F) para falsa e (V) para verdadeira e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Na saída do bem de **Loja A** para João, incide o ICMS.
- () Na transmissão do domínio do bem de João para **X**, não incide o ICMS.
- () Na transferência da posse do bem de João para **X** em virtude da execução da garantia em razão do inadimplemento de João, incide o ICMS.

- a) F, V, F
- b) V, F, V
- c) V, F, F
- d) F, F, V
- e) V, V, F

43- Considerando as normas relativas ao imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de competência do Estado (ICMS), assinale os enunciados abaixo com (F) para falso e (V) para verdadeiro e, a seguir, assinale a opção que indica a seqüência correta.

- () Como regra geral, a isenção para operação com determinada mercadoria alcança a prestação do serviço de transporte a ela relacionada.
- () A pessoa física que, mesmo sem habitualidade, importe mercadorias do exterior, é contribuinte do imposto.
- () Em caso de remessa de bem em que a incidência fica condicionada a evento futuro, deve ser registrada, no documento fiscal respectivo, a circunstância de que o bem pertence ao ativo permanente ou é de uso ou consumo do remetente.

- a) V, V, F
- b) F, V, V
- c) V, F, F
- d) F, F, V
- e) V, F, V

44- Assinale a afirmativa correta.

- a) Como regra geral, o diferimento do ICMS aplica-se somente às operações internas.
- b) Relativamente a determinado contribuinte, uma vez autorizado pela autoridade administrativa competente mediante regime especial, o diferimento do ICMS não poderá ser suspenso enquanto não terminado o prazo de vigência do regime especial.
- c) Ocorrida operação de saída de mercadoria com diferimento do ICMS, de acordo com as normas aplicáveis, a responsabilidade pelo lançamento e recolhimento do imposto passa a ser do adquirente ou destinatário da mercadoria, ficando excluída a responsabilidade do alienante ou remetente.
- d) O comerciante que der saída a mercadoria recebida com diferimento do ICMS debitar-se-á em separado pelo imposto diferido na operação anterior, abatendo o respectivo valor como crédito e recolhendo a diferença.
- e) Nos casos de diferimento do ICMS, o contribuinte que promover a operação ou a prestação que encerrar a fase do diferimento deverá efetuar o recolhimento do imposto diferido, exceto se tratar de operação não tributada.

45- Considerando as normas do ICMS relativas à substituição tributária, assinale, a seguir, a opção incorreta.

- a) O contribuinte que der saída a mercadoria recebida com imposto pago por substituição tributária deve emitir nota fiscal sem destaque do imposto.
- b) Observadas as normas específicas sobre crédito do imposto, o contribuinte que receber mercadoria não destinada à comercialização, com imposto retido por substituição tributária, poderá creditar-se do imposto corretamente informado na nota fiscal de aquisição.
- c) O contribuinte substituto tem direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.
- d) O imposto corretamente recolhido por substituição tributária é definitivo, não cabendo o recolhimento de qualquer diferença se a operação que caracterizar o respectivo fato gerador se der por valor superior ao que serviu de base cálculo.
- e) O imposto recolhido pelo estabelecimento industrial, a título de substituição tributária, não poderá ser computado para fins de concessão ou cálculo de benefício fiscal que tiver por base o recolhimento do imposto.

46- Assinale as assertivas abaixo com (F) para falsa e (V) para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () O responsável pela retenção e recolhimento do ICMS por substituição tributária domiciliado em outra unidade da Federação deve inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de Minas Gerais.
- () O comerciante que não se caracterize como microempresa é responsável pelo ICMS devido sobre a prestação do serviço de transporte da mercadoria alienada, se a empresa transportadora, de outra unidade da Federação, não for inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de Minas Gerais.
- () Na prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal, se tanto o transportador como o remetente da mercadoria transportada não forem inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de Minas Gerais, a respectiva prestação não poderá ocorrer em dia não útil, dada a impossibilidade de pagar o imposto na repartição fazendária.

- a) V, V, F
- b) V, F, V
- c) V, F, F
- d) F, F, V
- e) F, V, F

47- O estabelecimento **X**, situado em Minas Gerais, industrializa produtos cuja alíquota de ICMS, nas operações internas, é de 18%. Necessitando adquirir máquina para seu ativo imobilizado que, se fosse comprada de estabelecimento em Minas Gerais, estaria sujeita à alíquota de 12%, importou-a do exterior. O preço declarado, de acordo com os documentos de importação, foi de US\$10.000,00 (dez mil dólares). O valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do imposto de importação foi de US\$15.000,00. A empresa arcou ainda com os seguintes ônus: a) US\$ 700,00 (setecentos dólares) de imposto de importação, à taxa de câmbio de R\$ 3,00 (três reais); b) R\$ 1.000,00 de IPI; c) R\$ 500,00 de despesas aduaneiras diversas. O pagamento da máquina ao exportador estrangeiro foi feito ao câmbio de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos). Assinale a opção que indica o valor do imposto a ser recolhido, apurado no encerramento do período, considerando que: (a) a máquina foi desembarçada e incorporada ao ativo da empresa no primeiro dia do mês; (b) nesse mesmo mês a escrituração do contribuinte registrava crédito de R\$ 1.000,00 relativo a matérias-primas e insumos diversos; (c) todas as operações realizadas por **X** nesse mesmo mês consistiram em vendas de produtos de sua fabricação a estabelecimentos contribuintes do imposto, situados no Rio de Janeiro, sendo o valor total das operações de R\$ 100.000,00.

- a) R\$ 10.878,50
- b) R\$ 16.878,50
- c) R\$ 10.908,50
- d) R\$ 11.168,00
- e) R\$ 7.608,00

48- O estabelecimento **E**, fabricante do produto **P**, vendeu, nos dias 10, 20 e 30 do mês **X**, respectivamente, 1000, 1000 e 300 produtos ao preço unitário FOB estabelecimento industrial a vista de, respectivamente, R\$ 500,00, R\$ 500,00 e R\$ 700,00. No dia 05 do mês seguinte transferiu, para o estabelecimento **E₁**, de sua própria titularidade, 100 unidades do produto. A operação de transferência foi sem valor. Nessa mesma data (dia 05), o preço corrente no mercado atacadista local, para o produto, era de R\$ 550,00 por unidade. Considerando a situação descrita, assinale, a seguir, a afirmativa correta.

- a) Na saída dos produtos de **E** para **E₁**, não ocorre fato gerador do ICMS.
- b) A base de cálculo do ICMS na saída de **E** para **E₁** é R\$ 55.000,00.
- c) A base de cálculo do ICMS na saída de **E** para **E₁** é R\$ 70.000,00.
- d) A base de cálculo do ICMS na saída de **E** para **E₁** é R\$ 52.608,70.
- e) A base de cálculo do ICMS na saída de **E** para **E₁** é R\$ 56.666,00.

49- Das pessoas a seguir relacionadas, que realizam operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço descrita como fato gerador do ICMS, não se incluem entre os contribuintes do imposto:

- a) os extratores de substância mineral.
- b) as sociedades cooperativas.
- c) as instituições financeiras.
- d) os órgãos da administração pública.
- e) o leiloeiro, quanto ao imposto devido na operação realizada em leilão.

50- Considerando as normas do Regulamento do ICMS que tratam de estabelecimento do contribuinte, é incorreto afirmar:

- a) o local em que o contribuinte do ICMS armazenar sua mercadoria será considerado estabelecimento, salvo se for de propriedade de terceiros.
- b) o veículo transportador da mercadoria, usado no comércio ambulante, só é considerado estabelecimento autônomo se o comércio não for exercido em conexão com um estabelecimento fixo do contribuinte.
- c) em caso de mercadoria adquirida em operação interestadual, e destinada a uso ou consumo do adquirente, considera-se estabelecimento o local que a receba.
- d) o próprio veículo transportador é considerado estabelecimento, se nele houver sido ajustado o serviço de transporte que deva ser prestado em outro local.
- e) cada estabelecimento do mesmo titular situado em área diversa é considerado autônomo.

51- Considerando as normas relativas à não-cumulatividade do ICMS, é correto afirmar:

- a) o atendimento do princípio da não-cumulatividade do imposto é alcançado mediante a compensação do que for devido em cada operação ou prestação de serviços com o montante do tributo cobrado pelo Estado de Minas Gerais nas operações ou prestações anteriores.
- b) o imposto incidente sobre a prestação do serviço de transporte rodoviário da mercadoria alienada não pode ser abatido, sob a forma de crédito, pelo contribuinte alienante responsável por seu recolhimento.
- c) para fins de apuração do valor do imposto devido, é computado o ICMS cobrado relativamente à entrada, no estabelecimento, de energia elétrica destinada a ser consumida no processo de industrialização.
- d) como regra geral, a apuração do valor do imposto devido por período é feita de forma individualizada, por estabelecimento, transferindo-se para o período seguinte o saldo credor eventualmente apurado, vedada sua transferência para outro estabelecimento do mesmo titular.
- e) é vedada a apropriação do crédito do imposto destacado em documento fiscal e que corresponda à vantagem econômica decorrente da concessão de incentivo ou benefício fiscal.

52- As assertivas abaixo são verdadeiras, exceto:

- a) é vedado o aproveitamento do ICMS, a título de crédito, quando o documento fiscal indicar como destinatário estabelecimento diverso daquele que o registrar.
- b) como regra, é vedado o aproveitamento do ICMS, a título de crédito, quando deva não ocorrer, por qualquer motivo, operação posterior com a mesma mercadoria ou com outra dela resultante.
- c) deve ser estornado o crédito do ICMS referente a mercadorias adquiridas e consumidas em processo de produção de mercadorias que venham a ser objeto de operação de exportação para o exterior.
- d) é vedado o aproveitamento do ICMS, a título de crédito, quando o imposto se relacionar à entrada de bens ou ao recebimento de serviços alheios à atividade do estabelecimento.
- e) o contribuinte deve efetuar o estorno do crédito de ICMS relativo a mercadoria que venha a ser objeto de extravio.

53- O estabelecimento industrial mineiro **A₁** possui créditos de ICMS regularmente escriturados, que vêm acumulando há quatro meses, em razão da entrada de matéria-prima, material de embalagem e produtos intermediários utilizados na fabricação de seus produtos. Por sua classificação na CNAE-Fiscal, faz jus a utilizar ou transferir, na forma da legislação, os créditos acumulados de ICMS vinculados à fabricação de produtos cuja saída ocorre com diferimento do lançamento e recolhimento do ICMS. Considerando essa situação, assinale com **(F)**, para falsa, e **(V)**, para verdadeira, as assertivas abaixo e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta. Leve em conta que:

A₁ designa estabelecimento industrial mineiro que fabrica apenas produtos cujas saídas ocorrem com diferimento do lançamento e pagamento do imposto.

A₂ designa estabelecimento do mesmo titular de **A₁**, situado em Minas Gerais.

A₃ designa estabelecimento do mesmo titular de **A₁**, situado em outra unidade da Federação.

B designa empresa industrial situada no Estado de Minas Gerais, em fase de instalação.

C designa empresa situada em Minas Gerais, fornecedora de bem para o ativo permanente de **B**.

F designa empresa fornecedora de matéria-prima para **A₁**, situada em Minas Gerais.

G designa empresa fornecedora de matéria-prima para **A₁**, situada em outra unidade da Federação.

- () **A₁** pode transferir o crédito acumulado para **A₂** e para **A₃**.
- () O crédito regularmente recebido por **B**, por transferência de **A₁**, pode ser utilizado para pagamento a **C**, do bem do ativo permanente adquirido, até o limite de 20% do valor da operação.
- () **A₁** pode utilizar o crédito acumulado para pagamento de crédito tributário relativo ao ICMS, inclusive multas e demais acréscimos.
- () **A₁** pode utilizar o crédito acumulado para pagamento a **F** ou **G**, pela aquisição de matérias-primas, até o limite de 20% do valor da respectiva operação.

- a) F, V, F, V
- b) V, F, F, V
- c) V, V, F, F
- d) F, V, V, F
- e) F, F, V, V

- 54- Considerando as normas relativas ao ICMS, é correto afirmar que:
- a) a importância indevidamente paga aos cofres do Estado, a título de ICMS, somente será restituída em espécie ao contribuinte que possuir crédito acumulado do imposto ou que, em razão de suas operações ou prestações, não apresentar, com habitualidade, débito do imposto.
 - b) pode ser objeto de restituição o crédito do imposto corretamente destacado em documento fiscal e não aproveitado na época própria.
 - c) os documentos e os livros fiscais que se relacionarem com crédito tributário sem exigência formalizada devem ser mantidos sob arquivamento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado a partir da data em que ocorreu o fato gerador.
 - d) pode ser objeto de restituição o saldo credor do imposto eventualmente existente, no caso de encerramento das atividades do contribuinte.
 - e) para o estabelecimento que realize exclusivamente operações ou prestações amparadas por não-incidência e isenção, a inscrição no cadastro de Contribuintes do ICMS é facultada.
- 55- O regulamento do ICMS prevê a manutenção dos seguintes livros fiscais, exceto:
- a) Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente.
 - b) Livro de Movimentação de Produtos.
 - c) Registro de Apuração do Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - d) Registro de Apuração do ICMS.
 - e) Registro dos Créditos recebidos em Transferência.
- 56- É permitido à microempresa optante abater do imposto apurado de acordo com o regime de tributação diferenciada e simplificada "Simples Minas":
- a) o valor resultante da aplicação de percentual que varia entre 8% e 30%, conforme o número de empregados regularmente contratados.
 - b) o valor correspondente a 50% da importância despendida a título de capacitação e treinamento, gerencial ou profissional, necessários ao desenvolvimento de sua atividade econômica.
 - c) o valor correspondente a 50% da importância investida em obras de construção civil, para ampliação do empreendimento.
 - d) o valor correspondente a 50% da importância despendida a título de investimento em máquinas, equipamentos, instalações, ou aquisição de novas tecnologias, necessários ao desenvolvimento de sua atividade econômica, inclusive veículos adquiridos por empresa prestadora de serviço de transporte, utilizados exclusivamente na prestação do serviço.
 - e) o valor correspondente a até 100% da importância despendida na aquisição de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, autorizado pela autoridade fazendária, observado o limite mensal de 40%. Lei Simples Minas art. 22 e 42.
- 57- O estabelecimento industrial I, localizado em Minas Gerais, mantinha mercadoria depositada no armazém geral **AG**, localizado fora do Estado. Na data x^1 , **I** vendeu a mercadoria para o estabelecimento comercial **C**, devendo a mercadoria ser retirada de **AG** com destino a **C**. Na data x^2 a mercadoria saiu de **AG**. Considerando a situação descrita, e sabendo que não se trata de operação isenta ou não tributável, assinale as assertivas abaixo com (F), para falsa, e (V), para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.
- () Na data x^1 , **I** deve emitir nota fiscal em nome de **C** (nf₁) com o valor da mercadoria, sem destaque de ICMS.
 - () Na data x^2 , **AG** deve emitir nota fiscal em nome de **C** (nf₂), com destaque de ICMS.
 - () Na data x^2 , **AG** deve emitir nota fiscal em nome de **I** (nf₃) sem destaque de ICMS.
 - () Ao receber a mercadoria, **C** deve emitir nota fiscal de entrada (nf₄) e registrá-la no Livro Registro de Entrada.
 - () A mercadoria será acompanhada no seu transporte pelas notas fiscais (nf₂) e (nf₃).
- a) V, F, V, V, V
 - b) F, V, V, F, F
 - c) V, V, V, F, F
 - d) V, F, V, F, F
 - e) F, V, F, V, F
- 58- Considerando as normas do Regulamento do ICMS, assinale as afirmativas abaixo com (F), para falsa, e (V), para verdadeira e, a seguir, indique a opção que traz a seqüência correta.
- () Poderão ser apreendidos os livros e documentos fiscais quando constituam prova ou indício de infração à legislação tributária.
 - () Sempre que houver dificuldade para a verificação da mercadoria no momento da fiscalização, a autoridade pode apreendê-la para fazer a verificação em momento oportuno.
 - () Em hipótese alguma, a apreensão de livros e documentos fiscais pode perdurar por mais de oito dias.
 - () A liberação da mercadoria apreendida só poderá ser autorizada após o julgamento definitivo do processo.
- a) V, F, V, F
 - b) F, V, V, V
 - c) V, F, F, V
 - d) F, F, V, V
 - e) V, F, F, F

59- Das hipóteses a seguir descritas, apenas uma não está prevista no Regulamento do ICMS como suficiente para permitir a submissão do sujeito passivo a regime especial de controle e fiscalização. Assinale-a.

- a) Deixar de recolher o imposto devido nos prazos estabelecidos na legislação tributária.
- b) Deixar de entregar documento ou declaração exigidos pela legislação tributária.
- c) Utilizar, em desacordo com os requisitos e as finalidades previstos na legislação, livro ou documento exigidos pelo Fisco.
- d) Receber, entregar ou ter em guarda ou em estoque mercadoria desacobertada de documentação fiscal.
- e) For constatado, em Processo Tributário Administrativo, indício de infração da legislação tributária.

60- Considerando as normas sobre ICMS, assinale as assertivas abaixo com (F), para falsa, e (V), para verdadeira, e a seguir, indique a opção que traz a seqüência correta.

- () O valor a ser exigido a título de multa de revalidação, quando decorrer de falta de recolhimento de imposto retido em razão de substituição tributária, será equivalente ao dobro do valor do imposto.
 - () Se o pagamento do crédito tributário exigido mediante ação fiscal ocorrer após 30 dias do recebimento do auto de infração e da impugnação, mas antes da inscrição da dívida ativa, o valor da multa de revalidação a ser recolhido será 30% do valor do imposto.
 - () A reincidência no cometimento de infrações acarreta o agravamento da penalidade em 50%.
 - () A multa de mora será exigida em dobro, mediante ação fiscal, quando o contribuinte houver pago espontaneamente apenas o valor do tributo.
- a) V, F, V, F
 - b) F, V, F, V
 - c) F, F, V, V
 - d) F, V, V, F
 - e) V, F, F, V

61- Considerando as normas relativas ao ICMS, assinale as afirmativas abaixo com (F), para falsa, e (V), para verdadeira e, a seguir, marque a opção que contém a seqüência correta.

- () Dependem de autorização judicial a busca e apreensão de mercadorias, documentos, papéis e livros fiscais que não estejam em dependência de estabelecimento comercial, industrial, produtor ou profissional.
 - () Os bens apreendidos devem ser depositados em dependências da repartição pública, ficando sob sua guarda até ser providenciada, pelo proprietário, sua liberação.
 - () Os bens móveis apreendidos cuja liberação não for providenciada após noventa dias da data da apreensão serão considerados abandonados, podendo, inclusive, ser vendidos em leilão.
- a) V, V, V
 - b) V, F, F
 - c) F, F, V
 - d) V, F, V
 - e) F, V, V

62- Considerando as normas relativas ao IPVA, é correto afirmar que:

- a) em se tratando de veículo usado, importado pelo consumidor, a base de cálculo do IPVA devido no exercício em que se der o internamento é o valor que serviu de base para o cálculo do imposto de importação.
- b) tratando-se de veículo movido exclusivamente a álcool etílico hidratado, a base de cálculo do IPVA fica reduzida em 30%.
- c) é isenta de IPVA a propriedade de veículo de empresa de arrendamento mercantil, que o utilize na finalidade própria da empresa.
- d) a pessoa física ou jurídica que adquirir, em leilão promovido pelo poder público, veículo usado, responde pelo pagamento do IPVA e acréscimos legais vencidos e não pagos.
- e) se o contribuinte pagar o imposto espontaneamente, porém fora do prazo, sem os acréscimos legais, o valor da multa, a ser exigida mediante ação fiscal, será de até 50%.

63- Considerando que a sigla ITCD significa Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos, assinale, a seguir, a afirmativa incorreta.

- a) O ITCD incide sobre o valor que exceder a meação, transmitido gratuitamente na partilha decorrente de dissolução de sociedade conjugal.
- b) Na instituição de usufruto por ato não oneroso, a base de cálculo do ITCD corresponde a 1/3 do valor do imóvel.
- c) Na doação, a base de cálculo do ITCD é o valor venal do bem ou direito transmitido declarado pelo contribuinte, sujeito a homologação pela Fazenda Estadual, mediante procedimento de avaliação.
- d) Em se tratando de título representativo de participação no capital de sociedade, a base de cálculo é determinada com base na cotação média na Bolsa de Valores na data da transmissão ou, caso não seja objeto de negociação em bolsa, admite-se como base de cálculo seu valor nominal.
- e) O imposto incide sobre a doação de bem móvel feita por pessoa não domiciliada no Brasil, tendo o donatário domicílio no Estado de Minas Gerais.

64- João faleceu no dia 2 de fevereiro, deixando como únicos herdeiros seus filhos Pedro e Antônio. O patrimônio de João era constituído de dois imóveis, A e B, cujos valores venais, nos cadastros do Município, para fins de IPTU, eram de, respectivamente, R\$ 80.000,00 e R\$ 170.000,00. Ao procederem ao arrolamento dos bens, para fins de partilha, os herdeiros declararam como valor venal de cada um dos imóveis R\$ 100.000,00. Na partilha, o imóvel A coube a Pedro e o imóvel B a Antônio. Tendo em vista a hipótese descrita, e considerando as disposições legais do Estado de Minas Gerais quanto ao Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), assinale, entre as opções abaixo, a correta, admitindo a cotação hipotética da unidade fiscal de 1 UFEMG = R\$1,00. Considere inexistente a correção monetária.

- a) Pedro e Antônio devem pagar apenas o imposto, no valor de R\$ 6.000,00 cada um.
- b) Pedro e Antônio devem pagar apenas o imposto, no valor de, respectivamente R\$ 6.000,00 e R\$ 6.800,00.
- c) Pedro e Antônio devem pagar imposto, no valor de, respectivamente, R\$ 6.000,00 e R\$ 6.800,00, e multa, no valor de, respectivamente, R\$ 600,00 e R\$ 680,00.
- d) Pedro e Antônio devem pagar apenas o imposto, no valor de, respectivamente R\$ 2.400,00 e R\$ 6.800,00.
- e) Pedro e Antônio devem pagar imposto, no valor de, respectivamente, R\$ 2.400,00 e R\$ 6.800,00, e multa, no valor de, respectivamente, R\$ 240,00 e R\$ 680,00.

65- Considerando as normas relativas ao Processo Tributário Administrativo (PTA), assinale as afirmativas abaixo com (F), para falsa, e (V), para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () Far-se-á a juntada de processos por anexação sempre que a juntada deva ter caráter permanente.
- () No processo tributário administrativo, uma vez iniciado o curso de um prazo processual, sua contagem não se interrompe.
- () Não havendo prazo expressamente previsto na legislação, o prazo a ser fixado para realização do ato processual não pode exceder 15 dias.
- () O pedido de restituição de importância paga a título de tributo ou penalidade é autuado sob a forma de PTA, cabendo ao titular da Delegacia Fiscal a que estiver circunscrito o contribuinte decidi-lo.

- a) V, F, V, V
- b) V, V, V, V
- c) V, V, F, F
- d) V, F, F, V
- e) F, V, V, F

66- Considerando as normas referentes ao Processo Tributário Administrativo (PTA) relativo ao procedimento especial de consulta, assinale a opção correta.

- a) O Delegado Fiscal, mediante despacho nos próprios autos do PTA de consulta, poderá determinar a realização de diligência, que deverá ser efetuada dentro de 10 (dez) dias, contados do recebimento da determinação.
- b) O Delegado Fiscal poderá emitir parecer sobre o mérito da espécie consultada, desde que haja solicitação nesse sentido por parte da Diretoria de Orientação e Educação Tributária da Superintendência de Legislação e Tributação.
- c) A solução da consulta compete, em instância única, à Diretoria de Orientação e Educação Tributária da Superintendência de Legislação e Tributação.
- d) Compete ao Diretor da Diretoria de Orientação e Educação Tributária da Superintendência de Legislação e Tributação declarar ineficaz a consulta se qualquer estabelecimento do consulente inscrito no Estado de Minas Gerais encontrar-se sob ação fiscal em relação à matéria consultada.
- e) A solução dada em processo de consulta vincula a administração, que não poderá alterá-la em relação ao mesmo contribuinte.

67- Tendo em vista as normas relativas ao PTA, e considerando os atos a seguir relacionados, marque a opção que contenha apenas atos cuja competência seja das Câmaras de Julgamento do Conselho de Contribuintes:

1. indeferir liminarmente o pedido de reconsideração de acórdão unânime;
2. julgar o pedido do contribuinte consubstanciado em agravo;
3. elaborar súmulas para uniformização de jurisprudência;
4. julgar recurso de ofício;
5. decidir sobre incidentes processuais;
6. indeferir liminarmente o recurso de revisão de decisão unânime;
7. emitir parecer fundamentado e conclusivo sobre mérito relativo à impugnação;
8. julgar o pedido do contribuinte consubstanciado em pedido de reconsideração.

- a) 1, 2, 5, 3, 8
- b) 2, 4, 7, 8
- c) 2, 5, 6
- d) 2, 5, 8
- e) 1, 2, 7

68- Considerando as normas que regem o Processo Tributário Administrativo (PTA), assinale as proposições abaixo com (F), para falsa, e (V), para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () O pedido de reconsideração devolve à Câmara de Julgamento o conhecimento de toda a matéria suscitada na impugnação.
- () O Recurso de Revisão devolve à Câmara Especial toda a matéria nele versada.
- () Não cabe Recurso de Revista se couber recurso de revisão ou existir recurso de ofício.
- () Sempre que a decisão tomada pelo voto de qualidade seja desfavorável à Fazenda Pública Estadual, cabe recurso de ofício.

- a) V, V, F, F
- b) F, V, V, F
- c) V, V, V, V
- d) F, F, F, V
- e) F, V, F, V

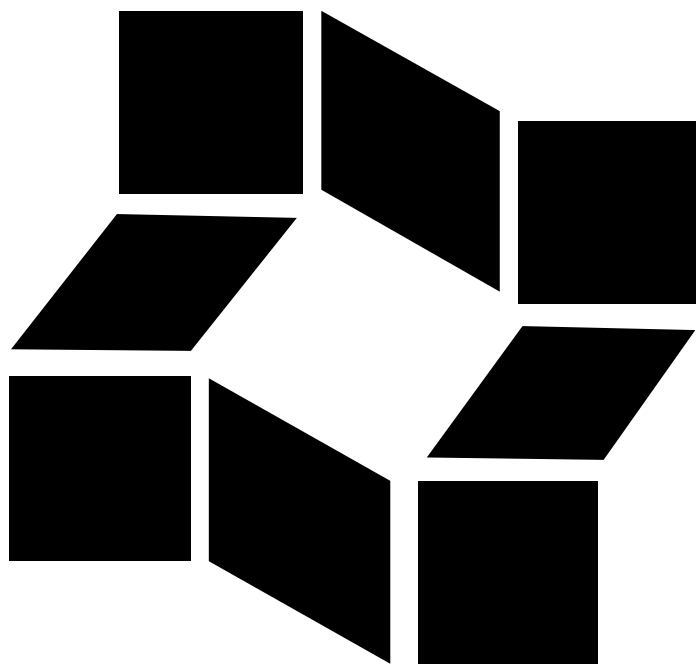
69- De acordo com as normas que regem o Processo Tributário Administrativo (PTA), assinale as proposições abaixo com (F), para falsa, e (V), para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () A revisão do lançamento impugnado é de competência do Conselho de Contribuintes, por intermédio de uma de suas Câmaras.
- () A prova documental deve acompanhar a impugnação, precluindo o direito do sujeito passivo de apresentá-la posteriormente, salvo por motivo de força maior.
- () Nos processos submetidos ao rito não sumário, o Auditor-Fiscal, ao receber o PTA com a impugnação do sujeito passivo, deve emitir parecer fundamentado e conclusivo sobre o mérito da questão, do qual será aberta vista ao impugnante para sobre ele se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

- a) F, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, V
- d) F, F, V
- e) F, V, F

70- Contra determinado contribuinte foi lavrado auto de infração para formalizar exigência de crédito tributário de ICMS. Em sua impugnação, suscitou o contribuinte, como preliminar, a nulidade do lançamento, sob alegação de que, antes do início de qualquer procedimento fiscal a ele relacionado, havia ingressado com ação judicial contra a Fazenda Pública, relacionada com a matéria objeto da autuação. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o auto de infração é nulo, pois caracteriza violação ao princípio constitucional do livre acesso ao Judiciário.
- b) o auto de infração não é nulo, mas deve ser susgado até decisão final do processo judicial.
- c) sendo as instâncias administrativa e judicial independentes, o processo administrativo tributário deve prosseguir até decisão final nessa esfera.
- d) a ação judicial prejudica a tramitação e o julgamento do processo na esfera administrativa, devendo o crédito constituído ser encaminhado para cobrança.
- e) o auto de infração não é nulo, devendo o processo ser encaminhado à Advocacia-Geral do Estado que poderá, após exame, determinar o respectivo arquivamento.



ESAF